



UNIVERSIDAD
DE COSTA RICA

REHMLAC

REVISTA DE ESTUDIOS HISTÓRICOS DE LA MASONERÍA

LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA | ISSN 1659-4223



**“Organização, Preceitos e Elementos da Cultura Maçônica:
fundamentos para a introdução aos estudos da maçonaria”**

Françoise Jean de Oliveira Souza

FREEMASONRY and CIVIL SOCIETY
UCLA



EME

CASA
de ALTOS
ESTUDIOS Don
Fernando
Ortiz
UNIVERSIDAD DE LA HABANA

The Centre for Research into Freemasonry
and Fraternism



Françoise Jean de Oliveira Souza. Brasileiro. Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, co-autora do livro: *O poder da maçonaria*. A história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008; e autora da dissertação: *Vozes Maçônicas na Província Mineira (1869-1889)*. Dissertação (mestrado em História). Programa de pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 2004. Contato: francoisejean76@yahoo.com.br.

Recebido em: 20 de dezembro de 2010 - Aceito: 5 de fev 2011

Palavras-chave

Maçonaria, sociabilidade, nova história política, preceitos maçônicos, linguagem simbólica

Keywords

Freemasonry, sociability, new political history, Masonic precepts, symbolic language

Resumo

Nas últimas décadas, a maçonaria tem sido objeto de estudo de muitos campos do conhecimento. A abordagem dessa instituição como um importante espaço de socialização e de práticas políticas tem colaborado para a compreensão das inúmeras engrenagens por meio das quais o poder se distribui e manifesta-se na sociedade. No entanto, uma sólida investigação sobre o tema da maçonaria, exige um conhecimento profundo acerca da complexidade da natureza maçônica, isto é, dos fundamentos e preceitos desta instituição e de sua historicidade. Ignorar tais informações é incorrer no risco de tomar a maçonaria como uma instituição monolítica e a-histórica. Neste sentido, o presente artigo visa apresentar os pressupostos teóricos que fundamentam a instituição maçônica, oferecendo os instrumentos teóricos necessários para uma sólida introdução aos estudos da maçonaria.

Abstract

In recent decades, Freemasonry has been studied by many fields of knowledge. The approach of this institution as an important place for social and political practices has contributed to the understanding of many gears by which power is distributed and manifests itself in society. However, a solid research on the topic of Freemasonry requires a deep knowledge about the complex nature of freemasonry, that is, the fundamentals and principles of this institution and its history. Ignoring such information is incurring the risk of taking Freemasonry as a monolithic and ahistorical institution. In this sense, this article presents the theoretical assumptions underlying the institution of Masonry, providing the theoretical tools necessary for a solid introduction to the study of Freemasonry.

© Françoise Jean de Oliveira Souza y *REHMLAC*

Conselho Científico: Miguel Guzmán-Stein (Universidad de Costa Rica, Costa Rica), José Antonio Ferrer Benimeli (Universidad de Zaragoza, España), Margaret Jacob (University of California Los Angeles, Estados Unidos), Eduardo Torres Cuevas (Universidad de La Habana, Cuba), María Eugenia Vázquez Semadeni (University of California Los Angeles, Estados Unidos), Andreas Önnarfors (University of Lund, Suecia), Céline Sala (Université de Perpignan, Francia), Roberto Armando Valdés Valle (Universidad Centroamericana "José Simeón Cañas", El Salvador), Felipe Santiago del Solar (Universidad ARCIS, Santiago de Chile, Chile), Michel Goulart da Silva (Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil), Carlos Francisco Martínez Moreno (Universidad Nacional Autónoma de México, México)

Editor: Yván Pozuelo Andrés (IES Universidad Laboral de Gijón, España)

Diretor: Ricardo Martínez Esquivel (Universidad de Costa Rica, Costa Rica)

Endereço da Web: rehmlac.com/

E-mail: info@rehmlac.com

Caixa postal: 243-2300 San José, Costa Rica

Citado:

Academia.edu

Aladin. WRLC. Libraries Catalog

AFEHC. Asociación para el Fomento de los Estudios Históricos en Centroamérica

Biblioteca de Georgetown

Centre de recherche interuniversitaire sur les champs culturels en Amérique latine (CRICCAL), Université Sorbonne
Nouvelle Paris 3

CERGE EI. Portál elektronických časopisů. Univerzita Karlova v Praze

Departamento de Filosofía de la Universidad Centroamericana “José Simeón Cañas”

Dialnet (Universidad de la Rioja)

Directorio y recolector de recursos digitales del Ministerio de Cultura de España

DOAJ. Directory of Open Access Journals

Freemasonry and Civil Society Program at UCLA

Fudan University Library Academic Resource Portal

Google académico

Institute for the Study of the Americas at University of London

Latindex. Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas en América Latina, el Caribe, España
y Portugal. Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)

Latindex.ucr. Repositorio de revistas de la Universidad de Costa Rica

Library Catalogue of University of South Australia

Nuevo Mundo. Mundos Nuevos

REDIAL. Red Europea de Información y Documentación sobre América Latina

SID. Sistema Integrado de Documentación. Universidad Nacional de Cuyo

UBO. Revues en ligne. Service Commun de Documentation, Université de Bretagne Occidentale

Universia. Biblioteca de Recursos



Licencia de tipo
“Reconocimiento-No comercial-Compartir igual”

“Organização, Preceitos e Elementos da Cultura Maçônica: fundamentos para a introdução aos estudos da maçonaria”

Françoise Jean de Oliveira Souza

Introdução

Nas últimas décadas, a maçonaria tem se tornado objeto de estudo de muitos campos do conhecimento.¹ No campo da história, a emergência de novos trabalhos, nos quais a maçonaria figura como tema principal de pesquisa, apresenta-se como consequência dos avanços obtidos pela renovação da história política. Por longo tempo, a política, sob influência da escola francesa dos Annales, esteve relegada à situação de mero apêndice da História. Criticada por sua superficialidade, a tradicional história política caracterizava-se pela defesa do trinômio: narrativa, crônica e acontecimento, estando aprisionada em uma visão centralizada e institucional do Estado. Contudo, a partir da década de 1970, a política voltou a assumir um lugar de destaque na historiografia ao tomar para si métodos e abordagens oriundos das ciências sociais. Este fenômeno de renovação chamado de “nova história política” permitiu a abertura dos estudos para novos objetos e novos enfoques que, até então, não eram encarados e nem tratados como parte do político. Em meio às inúmeras tendências e variações ocorridas nesse movimento de renovação historiográfica, destacam-se algumas temáticas novas tais como “os poderes, os saberes enquanto poderes, as instituições supostamente não políticas, as práticas discursivas”,² bem como o estudo do político a partir das representações e imaginários sociais, das mentalidades, das simbologias e das memórias coletivas.

A renovação dos objetos e das visões da história acerca do político tem incitado inúmeros estudos da maçonaria, sobretudo, nas linhas de pesquisa de história e cultura política. Cada vez mais, a dimensão política da sociabilidade -característica constituinte da maçonaria- vem sendo apreendida. Antes negligenciada como um detalhe da vida privada, o pesquisador da Maçonaria, Maurice Agulhon defende a sociabilidade como um estimado objeto de reflexão social,

¹ Maurice Aguilhon, *Peniténitents et frances-maçons de l'ancien provence:essai sur la socialité méridionale* (Paris, France : Fayard, 1984); Célia M. M. de Azevedo, « Maçonaria: história e historiografia », *Revista USP* 32 (1996-1997) ; Alexandre Mansur Barata, *Luzes e Sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)* (Campinas, Brasil: UNICAMP, 1998); Barata, *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência (Brasil 1790-1822)* (Tese Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, Brasil, 2002); Jean Pierre Bastian, *Protestantes, liberais y francmasones. Sociedades de ideas y modernidad en América Latina, siglo XIX* (México D. F., México: Fondo de Cultura Económica, 1990); Eliane Lucia Colussi, *A Maçonaria gaúcha no século XIX* (Passo Fundo, Brasil: Ediupe, 1998); Marco Morel & Françoise Jean de Oliveira Souza, *O poder da maçonaria. A história de uma sociedade secreta no Brasil* (Rio de Janeiro, Brasil: Nova-Fronteira, 2008); Luz Eugênio Vescio, *O Crime do padre Sório: maçonaria e igreja católica no Rio Grande do Sul. (1893-1928)* (Santa Maria-Porto Alegre, Brasil: UFRGS, 2000).

² Francisco Falcon, “História e Poder”, *Domínios da História*, eds. Ciro Flamarion Cardoso & Ronaldo Vainfas (Rio de Janeiro, Brasil: Campus, 1997), 75.

psicológica e política.³ Em consonância com este autor, René Remond reforça a importância da história política abrir-se para pesquisas sobre a sociabilidade, a socialização e o fato associativo.⁴

Igualmente importantes para a eleição da maçonaria como tema da história política, foram os trabalhos que, nesse movimento de renovação historiográfica, propuseram abordar as relações de poder para além do aparelho do Estado. Encontrado em lugares menos auspiciosos como a família, a escola, os asilos, as prisões, ou seja, no cotidiano de cada indivíduo e grupo social, o poder deixa de ser percebido como exclusivamente exercido pelo Estado para ser visto como algo que permeia todas as relações sociais.⁵

Com base no exposto acima, a temática da maçonaria surge como mais uma possibilidade de compreensão das inúmeras relações de poder que perpassam as sociedades. Ao configurar um modelo de sociabilidade próprio baseado na filantropia, na rede de solidariedade entre os pares, nos juramentos e rituais que criam laços de pertencimento, percebe-se na maçonaria a existência de mecanismos próprios de dominação, constituindo-se em um dos espaços, fora do domínio direto do Estado, por onde o poder circulava e os homens faziam política.

Todavia, uma sólida investigação da temática da maçonaria e de suas múltiplas relações com a sociedade e seus espaços de poder exige um conhecimento profundo da complexidade da natureza maçônica, isto é, dos fundamentos e preceitos desta instituição e do processo histórico pelo qual ela se organizou e se ressignificou. Do contrário, incorre-se seriamente no erro de tomá-la como uma instituição monolítica, a-histórica e com uma capacidade de atuação superdimensionada.

Os Preceitos Maçônicos

A maçonaria considera a si mesma como uma instituição universal e composta de um corpo de doutrinas acabadas, que permaneceram imutáveis através dos tempos. Entretanto, foi justamente a realidade idiossincrática, assumida pela ordem nas diversas partes do mundo, que dificultou, por vezes, a tarefa de demarcar o campo conceitual maçônico. Não obstante tal dificuldade é possível buscar no texto primeiro da maçonaria, ou seja, na Constituição de Anderson, e em vários outros escritos,⁶ idéias recorrentes que nos apontam os preceitos fundamentais da instituição. Com base neste levantamento, identificamos como principais componentes desse fundo comum teórico, as divisas do progresso, da razão, da liberdade, da igualdade, da moral e da fraternidade.

Antes, contudo, acreditamos ser importante ressaltar que o processo de elaboração das divisas e dos preceitos maçônicos encontra-se intimamente vinculado à história sócio-política da

³ Aguilhon.

⁴ Remond, “Uma História presente”, *Por uma história política* (Rio de Janeiro, Brasil: Editora UFRJ, 1988).

⁵ Michel Foucault, *Microfísica do Poder* (Rio de Janeiro, Brasil: Edições Graal, 1979).

⁶ Para a elaboração deste estudo utilizamos escritos de diferentes datas, visto tratar-se da análise de divisas que, em sua forma, permaneceram iguais em diferentes locais e contextos históricos.

Inglaterra. Já as divergências relativas à interpretação e implementação deste corpo teórico, refletem as turbulências européias dos séculos XVIII e XIX, período no qual foram elaboradas inúmeras e variadas propostas para a civilização humana, bem como as diferentes demandas impostas à maçonaria pelas conjunturas nacionais. A constituição histórica da maçonaria nada mais é do que fruto da soma destes fatores.

Embora o pensamento iluminista do século XVIII tenha se desenvolvido em direções várias, podemos perceber, na base das investigações científicas e filosóficas da época, algumas idéias recorrentes. Muito comum era a noção de que o espírito humano, ou a natureza humana, possuía uma estrutura fundamental e invariável, independentemente do tempo e do espaço. O caráter imutável da natureza humana permitiria, não apenas explicar a sua essência, mas também chegar, através de uma argumentação racional, a conclusões indiscutíveis que prescreveriam aos homens, a melhor forma de se organizarem. À luz desta premissa, os fenômenos humanos foram entendidos como sujeitos a leis verificáveis e, logo, susceptíveis de um tratamento similar ao das ciências naturais.⁷

Ao interpretarem a história humana sob o ponto de vista acima descrito, os pensadores iluministas chegaram à conclusão de que esta história não poderia ser um mero agregado de fatos aleatórios, ao contrário, ela deveria seguir um padrão passível de compreensão por meio de leis gerais. Todavia, embora a razão tenha sido apreendida como principal instrumento de domínio do homem sobre a natureza, e logo, sobre a sua própria história, a emancipação das concepções morais e metafísicas não foi completa. A crença num padrão teleológico subjacente aos fatos da história humana foi explicitamente sustentada. Em conformidade com um modelo pré-estabelecido, postulava-se que a história se movia rumo a uma finalidade, a uma direção especial, moralmente aceitável. Em síntese, acreditava-se que “o homem é ou contém em si mesmo algo e valor absoluto, de modo que o processo da natureza, na sua evolução, tem sido um progresso, na medida em que tem sido um processo ordenado, conduzindo a existência humana”.⁸ Surge daí, a fé na perfectibilidade humana e na inevitabilidade do progresso.

O pensamento maçônico, organizado no contexto das luzes, mostra-se herdeiro da crença escatológica do progresso, visto que elaborou para si uma cosmovisão que prevê uma idade de ouro, quando enfim, o homem atingirá sua plenitude moral. O preâmbulo do Código Maçônico brasileiro de 1914 apresenta os objetivos da maçonaria como sendo “o aperfeiçoamento material, moral e intelectual da humanidade, por meio da investigação constante da verdade científica, do culto inflexível da moral e da prática desinteressada da solidariedade”.⁹ Para a maçonaria, a razão e a ciência são tidas como os principais instrumentos que levarão a humanidade a atingir um futuro de moral e virtudes que são certos e comuns a todos os povos, uma vez que se crê na unicidade da natureza humana. Contudo, se os instrumentos que levam ao futuro são de base

⁷ Patrick Gardiner, *Teorias da História* (Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995).

⁸ R. G. Collingwood, *A idéia de História* (Lisboa, Portugal: Presença, 1986).

⁹ *Código Maçônico, Constituição, Regulamento geral, Leis Penal e Processual e Beneficência Maçônica* (Rio de Janeiro, Brasil: Typografia do Ouvidor, 1914).

objetiva e cartesiana, este futuro utópico a que se acredita chegar é essencialmente de caráter subjetivo, uma vez que se sustenta em valores (moral e virtude) histórica e culturalmente construídos. Além disto, a sociedade maçônica aproxima as modernas crenças na razão e na ciência a valores tais como o respeito à hierarquia e o culto ao passado, cuja origem e sustentação datam das tradições dos ofícios medievais.

Todavia, mais do que simplesmente acreditar na evolução da humanidade rumo a um futuro determinado, a maçonaria exprime-se como a instituição de vanguarda responsável por guiar os homens rumo à civilização. A passagem abaixo elucida bem a visão que os maçons nutrem de si próprios:

A única lei da vida é o progresso: progresso indefinido, sucessivo em todas as manifestações do ser, sob todas as fases de sua existência.

Creemos que infalivelmente devem cumprir-se as leis do progresso, porém cremos também que, tendo-nos a missão de realizá-lo como obra nossa, devemos consagrar nossa liberdade, utilizando o tempo e o espaço que nos estão cedidos, de maneira que sua aceleração ou atraso dependam de nós, segundo nosso mérito ou demérito.¹⁰

Analisando alguns periódicos maçônicos publicados no Brasil, no século XIX, observa-se que a maçonaria atribuía a si uma missão de tamanha importância, ao se apresentar à sociedade profana como “A guarda avançada do progresso da humanidade”,¹¹ “Anjos Tutelares do Progresso”,¹² “Estrela Dalva que anuncia a madrugada da civilização”,¹³ dentre outros títulos. Tendo conseguido demonstrar à humanidade os fins aos qual a maçonaria se propõe, a imprensa maçônica afirma que a instituição “(...) se recomendará à posteridade por relevantes serviços em prol da civilização”.¹⁴ Sustentando esta posição, os pedreiros livres assumem o papel de guias, vanguarda e tutores dos profanos, acreditando-se conhecedores de uma verdade absoluta acerca da humanidade e só acessível aos iniciados nas luzes. Tal atitude, além de valorizar o papel da instituição perante a sociedade, investe a maçonaria de poderes, uma vez que esta se torna, por princípio, o lugar do saber.

Em consonância com o discurso do progresso, a maçonaria mantém a liberdade de consciência como uma de suas divisas capitais. Afirmando-se como um espaço onde os homens colocam suas idéias e opiniões sem nenhuma restrição, a maçonaria acabou por constituir-se numa escola de formação política, na medida em que permitia e estimulava o livre debate e a deliberação. Esta característica da sociabilidade maçônica, aliada ao seu caráter secreto, levou muitos pensadores a procurá-la como abrigo, em diferentes contextos de perseguição.

¹⁰ Biblioteca Nacional, *Boletim do Grande Oriente do Brasil/GOB* 1872, nº6, 194.

¹¹ *Ibid.*, 187.

¹² Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, *Noticiador de Minas*. Ouro Preto, 1872, nº422, 2

¹³ *Boletim do Grande Oriente do Brasil/GOB*, 237.

¹⁴ *Ibid.*, 194.

Ressalta-se que a liberdade de consciência preconizada pela maçonaria apresenta-se como corolário do liberalismo inglês, surgido no bojo dos embates políticos e religiosos do final do século XVII, e que tinha como pilares, a tolerância religiosa e a expansão da liberdade civil. O fato de a Inglaterra haver conseguido refrear a arbitrariedade do poder político, não obstante este ainda estivesse restrito a uma oligarquia, e ter conquistado mais liberdade geral do que em qualquer outra parte da Europa, é de fundamental importância para a compreensão das razões que levaram os primeiros maçons modernos a elaborarem preceitos de natureza liberal.¹⁵

A liberdade de culto e a tolerância foram, dos conceitos imanentes à liberdade de consciência, os que mais repercutiram nos séculos XVIII e XIX. Evidenciando sua herança moderna e iluminista, a Constituição de Anderson afirma que “seja qual for a religião de um homem, ou sua forma de adorar, ele não será excluído da ordem, se acreditar no glorioso Arquiteto do céu e da terra”.¹⁶

A liberdade de expressar uma fé, bem como de conviver com pessoas de credos diferentes foi, sem dúvida, um dos principais responsáveis pela espantosa expansão da ordem pelo mundo, bem como pelas ferozes críticas a ela remetidas. Não seria equivocado afirmar que, no contexto setecentista, a maçonaria constituiu-se numa das primeiras instituições ecumênicas do mundo, criando um novo espaço de convívio social onde são suspensas as barreiras religiosas que, até então, segregavam os povos e os encerravam em comunidades naturais às quais eles deveriam pertencer, sem possibilidade de escolha. Lançavam-se, assim, os fundamentos das futuras organizações internacionais de caráter laico.

Entretanto, a modernidade maçônica encontra seus limites no próprio texto da sua Constituição. Se a maçonaria postula a liberdade de culto, por outro lado, ela estabelece que “um maçom é obrigado por seu título, a obedecer à lei moral e, se compreender bem a arte, nunca será um ateu estúpido, nem libertino irreligioso (...)”.¹⁷ Deste modo, um dos pré-requisitos para a entrada na ordem é possuir uma religião e crer em um princípio criador, expresso na linguagem dos pedreiros livres, como o Grande Arquiteto do Universo. Tal princípio criador não passa por uma visão deísta, baseada na crença em um Deus sem atributos morais e intelectuais, como apregoavam muitos iluministas. Ao contrário, a Constituição de Anderson refere-se a um Grande Arquiteto que, baseado em valores e princípios morais, intervém providencialmente no universo. Por fim, além da imposição da crença em um princípio teísta, os maçons devem prestar juramento sobre o Livro Sagrado da lei. Este, no entanto, pode ser a bíblia, como em geral o é, ou qualquer outro livro religioso como o Corão, a Torá, etc.

É fundamental, todavia, não tomar as proposições estabelecidas pela Constituição como sendo um reflexo da realidade maçônica em seus múltiplos lugares e tempos históricos. No que se refere à posição da ordem em relação à religião, por exemplo, esta variou conforme a

¹⁵ José Guilherme Merquior, *O Liberalismo - antigo e moderno* (Rio de Janeiro, Brasil: Nova Fronteira, 1991), 16.

¹⁶ José Castellani & Raimundo Rodrigues, *Análise da Constituição de Anderson* (Londrina, Brasil: A Trolha, 1995), 53.

¹⁷ *Ibid.*

tendência maçônica de cada país, a obediência à qual pertencia e o contexto religioso preponderante. A maçonaria francesa, por exemplo, foi considerada irregular pela Grande Loja de Londres, por repudiar as exigências de caráter religioso e metafísico. Também a maçonaria portuguesa do século XVIII, em parte, afastou-se do cristianismo e do catolicismo tradicional, preferindo outras crenças menos organizadas, deuses mais “filosóficos”, próprios de pensamentos religiosos panteístas.¹⁸ Conclui-se, assim, que a relação da maçonaria com a religião mostrou-se possuidora de múltiplas facetas, sendo a instituição mais teísta e conservadora nos países britânicos, mais laica na França e nos países de sua influência e, até mesmo, partidária de segmentos religiosos específicos como o protestantismo, no caso de algumas lojas latino-americanas, no período áureo da perseguição católica do século XIX.¹⁹

A liberdade de consciência ecoou, também, no relacionamento da maçonaria com a política profana. Na medida em que postula o direito dos homens de expressarem-se livremente e divergirem uns dos outros, a maçonaria acabou acolhendo, em seu interior, homens de diferentes convicções políticas. Assim, com o intuito de evitar que questões não maçônicas perturbem as boas relações entre os obreiros, a Constituição de Anderson, proíbe as discussões de caráter político dentro das lojas, devendo os maçons submeterem-se às leis do seu país e não tomar parte em nenhuma conspiração ou motim.²⁰

As lojas britânicas, sempre próximas do trono e da nobreza, foram as que mais primaram pela defesa do caráter apolítico da instituição e de sua finalidade puramente filantrópica e filosófica, embora, em muitos casos, a própria defesa do não comprometimento com o jogo político apresente-se como uma maneira particular de realizá-lo.²¹ Entendemos, todavia, que, à exceção do caso inglês, este princípio recebeu múltiplas interpretações ao longo da história maçônica, sendo, inclusive, motivo para a cisão de muitas obediências.

Antônio H. Marques argumenta que a sujeição aos governos estabelecidos foi considerada, por vários maçons, como mais de caráter teórico e geral do que prático e aplicável a todos os países.²² Pedreiros livres de diferentes lugares interpretaram tal exigência como sendo anacrônica, uma vez que o maçom deve defender a legitimidade do poder político. No caso de sistemas políticos despóticos nos quais a liberdade individual e coletiva encontra-se cerceada, não só pertenceria ao maçom o direito de rebelar-se, como lhe caberia o papel de vanguarda nessa rebelião²³. Assim, enquanto algumas lojas, na tentativa de escapar do controle absolutista, optaram por conquistar a adesão dos monarcas e dos nobres à ordem maçônica, outras, por sua vez, apostaram numa intervenção política direta, como por exemplo, no caso dos movimentos de

¹⁸ Antônio. H. de Oliveira Marques, “História da Maçonaria em Portugal”, *Das origens ao triunfo* (Lisboa, Portugal: Presença, 1990), Vol., 1, 28.

¹⁹ Bastian.

²⁰ Castellani & Rodrigues, 15.

²¹ Marco Morel, “Sociabilidades entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX”, *Estudos Históricos* (Rio Janeiro, Brasil) 28 (2001): 3-22.

²² Oliveira Marques, Vol., 1, 28.

²³ Castellani & Rodrigues, 15.

independência das colônias americanas. O fato é que, nas inúmeras disputas políticas que marcaram a história dos povos, maçons e maçonaria encontraram-se presentes nos dois lados dos campos de batalha.

Outra divisa bastante propagada pela ordem dos pedreiros livres diz respeito às “virtudes” maçônicas. A loja é entendida, antes de tudo, como um local de aperfeiçoamento moral de seus homens. Assim, ao adentrar a ordem, o membro é instruído acerca da “moral universal”, terminologia maçônica referente a um conjunto de virtudes as quais se vê obrigado a praticar, tais como a bondade, lealdade, honra, honestidade, amizade, tranquilidade, obediência, fraternidade etc.²⁴ A prática das virtudes deve refletir-se no modelo de vida adotado pelos maçons fora das lojas. Assim, o maçom virtuoso deve, por exemplo, santificar a família e o lar, sendo um bom pai, um bom filho ou um bom esposo, condenando o vício do jogo e do álcool e insurgindo contra a imoralidade das modas e divertimentos nocivos²⁵. A “moral universal” maçônica, além de pretender nortear a conduta dos maçons, é também apresentada como parâmetro para a humanidade profana que, ainda em processo de evolução, deverá um dia alcançá-la plenamente. Deste modo, as lojas maçônicas desejam apresentar-se como um prenúncio desse mundo perfeito e virtuoso e, aos olhos do mundo profano, os maçons devem possuir uma conduta exemplar.

A fraternidade, entendida como auxílio mútuo, filantropia e um modo de convívio entre os irmãos, corresponde à virtude mais associada à sociabilidade maçônica. Diz a Constituição de Anderson que os maçons devem “praticar a caridade fraternal, que é a pedra fundamental, a chave, o cimento e a glória” da antiga confraria.²⁶ Percebe-se que a maçonaria, apresentada como uma associação de socorro mútuo encontra na fraternidade a essência da instituição. Foi justamente esta concepção ampla de uma fraternidade que ultrapassa fronteiras internacionais e as barreiras religiosas e culturais que tornou a maçonaria uma organização *sui generis* no contexto histórico em que foi constituída. Finalmente, comportando dois significados - a ajuda entre os irmãos da ordem e o socorro aos necessitados em geral - a filantropia subjacente à noção de fraternidade, tornou-se um instrumento de coesão entre os maçons, bem como a base de sustentação da instituição no mundo profano.

A fraternidade provalada pela maçonaria dá-se, primeiramente, entre os irmãos da ordem. Em caso de vários necessitados em igual situação, o ato de caridade deve ter como alvo prioritário o iniciado na maçonaria.²⁷ De modo geral, a ajuda prestada aos irmãos corresponde ao auxílio material, em contexto de carestia, e o socorro às viúvas e órfãos de maçons que passaram para o “Grande Oriente Eterno”.²⁸ Os maçons vêm-se, também, obrigados a acolher, proteger e ajudar da melhor maneira, os irmãos que, devidamente identificados enquanto membros da ordem provierem de outras regiões ou países. Por fim, a solidariedade maçônica reflete-se nas

²⁴ Oliveira Marques, Vol., 1, 28.

²⁵ Regulamento Particular da Aug. Bem. E BENEFL. Loj. Cap. “Estrella Caldende” (Poços de Caldas, Brasil, 1934).

²⁶ Castellani & Rodrigues, 49.

²⁷ *Ibid.*

²⁸ Terminologia maçônica referente aos casos de falecimento.

inúmeras outras relações estabelecidas entre os obreiros em espaços profanos. Ao fecharem acordos comerciais, por exemplo, os pedreiros livres são orientados a darem preferência ao elemento maçônico.²⁹ Frente a isto, parece-nos claro que a estrutura de ajuda mútua, criada dentro da ordem maçônica, acabou por representar um importante instrumento de cooptação de homens para dentro da instituição, o que, por vezes, gerou distorções sobre o verdadeiro propósito da iniciação nas lojas.³⁰

A fraternidade entre os irmãos pode também ser entendida como uma nova proposta de convívio entre os homens, pautada na cordialidade, no respeito e na conduta pacífica dos membros. A loja deve ser um lugar de harmonia, sendo proibidos qualquer palavra ofensiva e atos que interrompam a reciprocidade das boas relações.³¹ Contudo, caso haja alguma querela entre os maçons, estas devem ser submetidas a um júri maçônico, nunca sendo levadas ao mundo profano. A história, todavia, demonstra o quanto este preceito vem sendo desrespeitado, não sendo incomum a intervenção da justiça profana em questões maçônicas, bem como as cisões no interior de obediências e lojas.

No que concerne à beneficência para com os não iniciados, percebemos a constante colaboração da maçonaria na implantação de creches, asilos, escolas e hospitais, além da presença de maçons no próprio gerenciamento destas instituições, muitas das quais, de caráter para-maçônico.³² Além da ajuda material, a caridade maçônica é entendida também como colaboração para o aperfeiçoamento intelectual e moral da humanidade. Neste caso, cabe aos iniciados levarem as luzes do saber aos despossuídos, guiando-os, pela via da instrução, rumo às idéias mais elevadas. É importante destacar que a filantropia configurou-se como um instrumento de aceitação dos pedreiros livre e de sua ordem por parte da sociedade, principalmente, em momentos nos quais a Igreja radicalizou sua condenação às atividades maçônicas. Portanto, a filantropia pode ser entendida como um mecanismo de divulgação e enaltecimento da ordem que lhe garante um legitimado espaço de atuação. Mais do que isto, ela cria redes de poder e laços de clientelismo que garantem a influência da instituição e de seus membros em importantes círculos do mundo profano.

Finalmente, a último preceito maçônico por nós analisado, corresponde ao da igualdade entre os homens. Todos os obreiros, diz a maçonaria, “consideram-se iguais entre si e irmãos, só havendo entre eles as diferenças que decorrem da prática da virtude”.³³ A maçonaria pretende ser um espaço de encontro onde os homens veriam anuladas suas diferenças provenientes do nascimento, da classe, da religião ou da nacionalidade, havendo como único critério de diferenciação, o mérito individual. Dentro da loja, homens de diferentes posições no mundo

²⁹ Regulamento Particular da Aug. Bem. E BENEFL. Loj. Cap. “Estrella Caldende”.

³⁰ Barata, *Luzes e Sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*, 159.

³¹ Castellani & Rodrigues, 49.

³² A Instituição par-maçônica caracteriza-se por ser criada, fomentada ou dirigida pela maçonaria e estruturada dentro dos preceitos da ordem, embora possua profanos dentre seus componentes e seja administrativamente autônoma em relação à ordem maçônica.

Código Maçônico, Constituição, Regulamento geral, Leis Penal e Processual e Beneficência Maçônica, 6.

profano, sentariam, comeriam e cantariam juntos, sem distinção. Todavia, vale ressaltar que a dimensão da igualdade maçônica encontrou inúmeras oscilações ao longo da história, sendo que as hierarquias e distinções do mundo profano, por vezes, refletiram-se no interior das lojas. Antônio H. Marques, ao analisar a maçonaria portuguesa do século XVIII, ressalta que a indistinção entre ordens e classes, não ocorria de forma absoluta. Diz o autor que “a maçonaria portuguesa discriminava em termos sociais, surgindo como união entre nobreza, clero e burguesia e não como uma sociedade cem por cento democrática”³⁴ o que, segundo ele, seria consequência mais da realidade objetiva da sociedade portuguesa naquele tempo do que de uma discriminação de princípio.

Os pré-requisitos exigidos para que um homem adentrasse a maçonaria, mantiveram, principalmente ao longo do século XVIII e XIX, aspectos excludentes, uma vez que seus critérios ultrapassavam as questões do mérito pessoal. Segundo o texto da Constituição de Anderson, “as pessoas admitidas na qualidade de membros das lojas devem ser homens bons e leais, de nascimento livre, de idade madura e razoável, de boa reputação, sendo proibido admitir na maçonaria, escravos, mulheres e homens imorais, cuja conduta seja motivo de escândalo”.³⁵ Aproximando-se do texto citado, a maçonaria brasileira no século XIX estabelecia como requisitos mínimos para pertencer à ordem: ser homem, ter 21 anos de idade, instrução primária, reputação de bons costumes, ter ocupação livre e decente, meios suficientes de subsistência, estar isento de crime e não possuir nenhum defeito físico.³⁶

É importante, todavia, não negligenciarmos a dimensão histórica da instituição maçônica. Seria anacrônico exigirmos que a maçonaria, nos séculos XVIII e XIX, atribuisse ao conceito de igualdade o mesmo sentido que lhe é dado nos dias atuais. É preciso termos em mente que as sociedades que elaboraram os dois textos acima citados, isto é, a inglesa e a brasileira, encontravam limites para a efetiva implantação de novos modelos e valores sociais. José Guilherme Merquior, por exemplo, ao analisar o liberalismo inglês, demonstra que, no século XIX, os privilégios aristocráticos ainda não haviam sido completamente superados. Do mesmo modo, as elites brasileiras oitocentistas ainda demonstravam um profundo apego aos valores nobiliárquicos herdados da cultura ibérica.³⁷ Diante do exposto, é possível afirmar que a igualdade preconizada pela maçonaria, embora não tenha sido implementada de modo absoluto, apresentou-se como uma proposta inovadora em meio a seu contexto histórico.

Por fim, Marco Morel chama-nos a atenção para a verdadeira incoerência do discurso igualitário maçônico. Fundamentando-se sobre uma forma aguda de distinção: os iniciados e os não iniciados, os que habitam as luzes e os que se mantêm nas trevas, a maçonaria acaba por colocar seus obreiros como qualitativamente superiores aos profanos.³⁸

³⁴ Oliveira Marques, 291.

³⁵ Castellani & Rodrigues, 41.

³⁶ Barata.

³⁷ Merquior.

³⁸ Morel.

A maçonaria e sua linguagem simbólica

Diferentemente de outras organizações sociais, não há na maçonaria um conjunto de escritos que contenham e traduzam todos os seus preceitos, filosofias, normas e ritos. Embora a Constituição de Anderson seja ainda uma referência para a maçonaria e seus estudiosos, a simplicidade e a objetividade de seu texto não lhe permitem esgotar toda a riqueza da cultura maçônica. De fato, o cerne da filosofia maçônica vem sendo transmitido e perpetuado entre as gerações por meio de uma linguagem não textual, mas, sim, simbólica, baseada em mitos, rituais e alegorias. Esta linguagem simbólica constituiu-se no principal instrumento pedagógico adotado pela maçonaria com o propósito de inculcar entre seus membros os preceitos e as divisas da ordem.

O corpo simbólico maçônico foi alimentado por elementos culturais múltiplos, advindos da cultura grega, egípcia, oriental e, principalmente, judaico-cristã. O mito de origem da ordem, bem como a base do ritual maçônico, giram em torno do personagem bíblico de Hiram, o arquiteto chefe da construção do templo de Salomão. Já os graus simbólicos (aprendiz, companheiro e mestre), os ornamentos e insígnias maçônicas (esquadro, compasso, prumo, malhete, trolha, etc.), aludem à cultura medieval das antigas corporações de construtores.³⁹

Faz-se necessário ressaltar que os mitos, os símbolos e os ritos não são privilégios do pensamento e das culturas religiosas. Ao contrário, eles correspondem aos ingredientes vitais da civilização humana, permitindo-lhe expressar o desejo quase inato do homem de saber cada vez mais acerca do mundo e de si próprio. Na busca pela compreensão do mundo em sua totalidade, da sua significação e de sua ordenação de forma coerente, o ser humano encontra na simbologia uma forma de falar, ver e sentir dimensões da realidade que são inatingíveis racionalmente e de difícil apreensão de modo direto pela consciência discursiva. Em outras palavras, a linguagem simbólica exprime, em planos diferentes e meios que lhe são próprios, um complexo sistema de afirmações coerentes sobre a realidade última das coisas.⁴⁰

Diante dos anseios humanos acima referidos, a maçonaria construiu em torno de sua simbologia e da fábula capital de Hiram, não só um mito de origem que explica e legitima sua instituição, mas, também, uma filosofia própria que tem como escopo dar coerência e propósito à existência do ser humano.

O poder de influência de um mito sobre uma comunidade encontra força na sua infinita repetição, no seu eterno recontar. Desse modo, cada vez que se realiza um ritual maçônico, a lenda de Hiram é rememorada e sua lição moral introjetada. Na narrativa lendária, os maçons encontram o exemplo de fidelidade, de nobreza e de respeito às hierarquias, isto é, os valores e virtudes que todo membro da ordem deve resguardar:

³⁹ Paul Naudon, *A Maçonaria* (São Paulo, Brasil: Difusão Européia do Livro, 1968).

⁴⁰ Mircea Eliade, *Arquétipos e Representações* (São Paulo, Brasil: Martins Fontes, 1969), 13.

A lenda de Hiram continua a ser uma das pedras simbólicas da franco-maçonaria atual.(...) Tendo cessado para nós a arte operativa (a construção de edifícios materiais) nós, enquanto maçons especulativos, simbolizamos o trabalho de um templo espiritual em nossos corações, templo puro e sem mácula (...) Essa espiritualização do templo de Salomão é a primeira das instruções da Franco-maçonaria.⁴¹

Os mitos, além de estabelecerem modelos de comportamento, possuem a importante função de legitimar instituições, uma vez que constroem uma explicação de suas origens. Relatando algo fabuloso, que se supõe acontecido num passado remoto, o mito estabelece uma relação de continuidade entre este momento fundador, normalmente perfeito, com uma instituição ou sociedade do momento presente. No caso da maçonaria, a legitimidade da instituição é dada por uma narrativa que parte de uma referência bíblica - II livro de Crônicas, capítulo 2 - portanto, sagrada e irrefutável.

Finalmente, é preciso ressaltar que a linguagem simbólica instituída pela maçonaria, o compartilhamento de rituais, mitos e alegorias decodificadas apenas pelos irmãos da ordem, favorece a identificação e a coesão do grupo. A linguagem simbólica aproxima os homens de uma maneira mais eficaz e real do que a linguagem analítica. Para Mircea Eliade, “se existe uma solidariedade total do gênero humano, ela só pode ser sentida e “atuada” no nível das imagens”⁴². Em um raciocínio próximo, Eric Hobsbawm lembra-nos como o compartilhamento de signos, sinais, toques, rituais de iniciação, isto é, de “tradições inventadas” que se dão a partir da continuidade com um passado histórico apropriado, inculcam normas de comportamento e criam sentimentos de identidade coletiva.⁴³

Frente ao que foi demonstrado até agora, desejamos argumentar acerca da complexidade da natureza maçônica. Se, por um lado, entendemos a maçonaria como um espaço propiciador da liberdade de expressão, das práticas representativas e do culto à razão, valores típicos das sociedades modernas, por outro, encontramos, também, uma instituição com uma refinada cultura ritualística e um apego às tradições, à mística, à hierarquia e aos princípios morais. A maçonaria especulativa é fruto da mistura do pensamento medieval, renascentista e iluminista. Diante disto, percebemos a configuração de uma instituição que reflete em suas estruturas o espírito progressista da época das luzes, ao mesmo tempo que mantém-se carregada de valores e simbologias medievais. Os preceitos maçônicos são, assim, fruto da interação entre o tradicional e o moderno, o racional e o mítico.

Todavia, não acreditamos haver incoerência nesta constituição, ao mesmo tempo moderna e tradicional da maçonaria. Tampouco, seu apego à tradição e a um passado místico, nega ou inviabiliza seu projeto progressista. Inúmeras foram as ideologias modernas e progressistas que se inspiraram nos sublimes tempos do começo ou, em outras palavras, poucas foram as visões do

⁴¹ Naudon.

⁴² Eliade, 13.

⁴³ Eric J. Hobsbawm & Terence Ranger, *A Invenção das tradições* (Rio Janeiro, Brasil: Paz e Terra, 1984).

futuro que não se apoiaram em referências do passado⁴⁴. A modernidade também necessita estabelecer com um passado ou com uma determinada tradição, uma relação de continuidade para se legitimar, sendo que, as inovações não se tornam menos novas ao revestirem-se de um caráter de antiguidade. Diante disto, pessoas ou instituições progressistas, tal como a maçonaria, podem, frequentemente, agir de modo tradicionalista, sem cair em contradição.

Cultura e subculturas maçônicas

Uma instituição formada por um corpo sagrado de crenças e, ao mesmo tempo, historicamente remoldável. É assim que definimos a maçonaria, a partir da análise até aqui realizada.

O estudo da formação e da organização da maçonaria pelo mundo revela-nos uma história marcada por abalos, cisões, irrupções e conflitos. Do mesmo modo, a análise dos preceitos que a fundamentam denuncia menos uma essência maçônica professada universalmente, e mais um conjunto de normas e valores passíveis de interpretações e apropriações múltiplas. A maioria dos pesquisadores da maçonaria, todavia, já é unânime em admitir a impossibilidade de se pensar em uma instituição unívoca e coesa. Marco Morel, por exemplo, defende que a maçonaria constitui-se muito mais em uma concepção de organização do que numa entidade monolítica ou portadora de uma visão de mundo específica.⁴⁵ Em raciocínio semelhante, José Antonio Ferrer Benimeli, um dos maiores estudiosos da maçonaria na atualidade, fala-nos da dificuldade em definir esta sociedade de maneira precisa, abrangendo-a em toda a sua extensão. Ao destacar os inúmeros desvios, abusos e subdivisões surgidas no interior da instituição, o autor ressalta que “nem sequer se pode falar de uma maçonaria única, dados os seus múltiplos ritos, obediências e fins diametralmente opostos, embora sirvam-se de uma terminologia e de uma forma de organização idênticas”.⁴⁶ Frente a estas observações, Eliane Colussi conclui ser mais coerente, historicamente, falar em “maçonarias”.⁴⁷

No presente texto demonstramos a existência de um fundo teórico comum que orienta e estrutura todos os discursos maçônicos e que se pauta em idéias próximas às do movimento ilustrado, tais como a do progresso, da razão, da universalidade da natureza humana etc. Entretanto, é preciso ter em mente que o uso em comum de um discurso não garante que ele esteja sendo compreendido e instrumentalizado da mesma maneira. Roger Chartier,⁴⁸ a partir do estudo das práticas de leituras, ajuda-nos a pensar a questão aqui colocada. Segundo ele, não existe um sentido intrínseco, absoluto, único do texto, ou seja, suas idéias não se apresentam como categorias universais de interpretação. Ao contrário, seu sentido é construído

⁴⁴ Raoul Girardet, *Mitos e Mitologias políticas* (São Paulo, Brasil: Companhia das letras, 1987).

⁴⁵ Morel.

⁴⁶ José Antonio Ferrer Benimeli, *Maçonaria e Igreja Católica* (São Paulo, Brasil: Edições Paulinas, 1983), 246.

⁴⁷ Colussi, *A maçonaria gaúcha no século XIX* (Rio Grande do Sul, Brasil: EDIUPF, 1998).

⁴⁸ Roger Chartier, *A História Cultural. Entre práticas e Representações* (Lisboa, Portugal: Difel, 1990).

historicamente. Embora os autores de um discurso queiram mantê-lo sujeito a um sentido único, a aceitação de uma mensagem opera-se sempre através de desvios e reempregos singulares. Em síntese, “cada leitor, a partir de suas próprias referências, individuais ou sociais, históricas ou existenciais, dá um sentido mais ou menos singular, mais ou menos particular, ao texto de que se apropria”.⁴⁹

A liberdade ou o poder que o receptor tem de atribuir sentido a uma idéia que lhe foi lançada mostra-se clara na análise das inúmeras interpretações que as divisas e proposições maçônicas receberam. Conforme explicitado anteriormente, o entendimento acerca do caráter apolítico da ordem ou de sua relação com a religião, por exemplo, ganhou formas diversas a partir do contexto histórico-cultural das maçonarias nacionais. Até mesmo os mitos e símbolos maçônicos foram decodificados de maneiras diferentes, o que não nos causa estranhamento, uma vez que o mito é fundamentalmente polimorfo e ambivalente, estando suscetível às numerosas ressonâncias e significações, por vezes opostas.

A potencialidade de se conferirem sentidos múltiplos aos preceitos maçônicos é ampliada pela natureza vaga e subjetiva de muitos deles, tal como o discurso da moral, da virtude e do progresso. A concepção de progresso, por exemplo, não carrega consigo um sentido único, tendo sido, por isto, apropriada por diferentes agentes discursivos. Embora parta de um mesmo fundamento -a humanidade que, possuidora de uma natureza comum, caminha, linearmente, rumo a níveis mais avançados de desenvolvimento- as teorias progressistas elaboraram diferentes modelos de sociedades utópicas. A cultura socialista, por exemplo, vislumbra, a partir de uma revolução proletária, uma sociedade sem classes. Já os positivistas projetavam para o final do processo evolutivo, uma ditadura republicana. A maçonaria, por sua vez, entrevê para o futuro, uma humanidade unida e aperfeiçoada intelectual, moral e materialmente. Todavia, quando chega a hora de se definir em que consiste este aperfeiçoamento ou este progresso, quais seriam os fins a serem alcançados por eles, bem como o caminho a seguir para atingi-los, não faltam dissensões. Traduzidas para o plano da organização efetiva das sociedades ou da política de um Estado, as divisas maçônicas fundamentaram propostas às mais variadas, quando não, díspares.⁵⁰

Isto posto, concluímos que a maçonaria não se configura como uma instituição acabada e passível de definição a partir de um modelo explicativo único. Ao contrário, ela vem assumindo múltiplas feições, em diferentes épocas e lugares, e que vão sendo construídas a partir de infinitos arranjos entre suas divisas e preceitos e as resignificações a eles impostas pelas necessidades e anseios de determinados contextos históricos.

Após levantarmos a possibilidade de serem realizadas diferentes leituras e instrumentalizações dos preceitos maçônicos, uma incômoda indagação reclama-nos uma resposta: é ainda possível pensarmos na existência de uma cultura maçônica?

Uma Cultura corresponde a um conjunto complexo de linguagens, comportamentos, valores, crenças, representações e tradições partilhadas por um determinado grupo humano e que

⁴⁹ Chartier, *Práticas da leitura* (São Paulo, Brasil: Estação Liberdade, 1996).

⁵⁰ Para o caso da história maçonaria brasileira ver Morel e Oliveira Souza.

lhe conferem uma identidade⁵¹. Frente a tal definição, todavia, é importante guardar o cuidado de não estabelecermos uniformizações exageradas, lembra-nos o autor:

Atribuir a um determinado grupo valores, comportamentos e imaginários comuns muitas vezes pode não corresponder à realidade. As sociedades, principalmente as complexas, normalmente são marcadas por nuances, particularidades e divisões internas. As estruturas culturais em questão podem não ser partilhadas por toda a coletividade.⁵²

Diante do exposto acima, forjou-se o conceito de subcultura para dar conta da complexidade cultural. Deste modo, as formações sociais podem ser compostas de subculturas que partilham de alguns elementos da cultura *mater*, ao passo que mantém características próprias.⁵³ Acreditamos que este modelo explicativo aplique-se corretamente à cultura maçônica. Neste caso, a sua cultura *mater* fundamenta-se numa estrutura organizacional típica e num corpo simbólico, mítico e ritualístico responsáveis por conferir às várias subculturas maçônicas, isto é, às várias expressões e formatos assumidos pelas lojas maçônicas, um sentimento recíproco de identificação, uma noção de pertencimento a um grupo maior e, por fim, uma diferenciação em relação à cultura e à sociedade profana.

Isto posto, torna-se importante elencar, rapidamente, os elementos que, ao nosso entender, dão consistência à identidade maçônica. Todas as lojas, independente do rito, obediência ou nacionalidade às quais pertençam, compartilham um mesmo passado mítico, isto é, um mesmo marco fundador, percebendo-se como herdeiras da arte e dos valores do emblemático Hiram. Também os símbolos de reconhecimento maçônico são sempre os mesmos, o que permite a uma loja maçônica ser identificada como tal em qualquer lugar do mundo. Do mesmo modo, a terminologia maçônica, os toques e os sinais empregados, dentro e fora das lojas, possibilitam aos obreiros, em qualquer lugar onde estejam, reconhecerem-se em meio aos profanos. Os elementos de identificação maçônicos são tão poderosos que possuem a capacidade de levar pessoas de diferentes nacionalidades, que jamais se encontraram e nem se encontrarão, a sentirem-se possuidoras de vínculos que as fazem iguais e comprometidas umas com as outras. Tais homens, iniciados nos mesmos mistérios e conhecedores dos mesmos segredos, embora não convivam diariamente e tampouco dividam o mesmo espaço físico, compõem uma única comunidade que ganha existência no nível do imaginário. Por fim, cabe ressaltar que o próprio fundamento teórico maçônico atua como elemento unificador, na medida em que diferentes homens, ao propalarem preceitos comuns, mesmo que só em sua forma, consideram-se agentes de uma mesma causa. Os maçons, por exemplo, são unânimes em afirmarem-se como os maiores defensores da liberdade, igualdade e fraternidade, ainda que estas bandeiras, em diferentes contextos, assumam significados diversos.

⁵¹ Rodrigo Patto Sá Motta, “A história Política e o conceito de Cultura Política”, *Revista de História* (Mariana, Brasil) 6 (1996).

⁵² *Ibid.*

⁵³ *Ibid.*

Cabe destacar que para a compreensão do que seja uma cultura, mais importante do que se constituir, concretamente, como uma comunidade coesa, homogênea e universal, é a imagem que os indivíduos alimentam da coletividade à qual pertencem. Os maçons, de modo geral, sentem-se efetivamente ligados a um agrupamento de homens que, embora não visíveis no plano do olhar, encontram-se “lá”, conscientes da existência uns dos outros. É este sentimento de identidade, de comunidade e de pertencimento, não explicados apenas pelo plano da razão, mas também da tradição, do costume e do imaginário, que nos permite afirmar a existência de uma cultura maçônica.

Por fim, a constatação da existência de uma cultura maçônica, subdividida em várias subculturas, leva-nos à associação da maçonaria a um longo tecido que, visto por um olhar distanciado, aparenta possuir forma e cor homogênea. Analisado de perto, entretanto, o tecido maçônico revela-nos um entrecruzamento de diferentes matizes que se mantêm unidos por pontos de interseção, que nada mais são do que os elementos constitutivos da identidade maçônica. Deste modo, a cultura *mater* da maçonaria, corresponde aos liames que impedem o total esgarçamento deste tecido e, conseqüentemente, o surgimento de instituições completamente distintas.

Fontes

Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, *Noticiador de Minas*. Ouro Preto, 1872, nº422.

Biblioteca Nacional, *Boletim do Grande Oriente do Brasil/GOB* 1872, nº6, 194 e 237.

Código Maçônico, Constituição, Regulamento geral, Leis Penal e Processual e Beneficência Maçônica (Rio de Janeiro, Brasil: Typografia do Ouvidor, 1914).

Regulamento particular da Aug. Bem. E BENF. Loj. CAP. “Estrella Caldense”, Poços de Caldas, 1934. Brochura.

Referências Bibliográficas

Aguilhon, Maurice, *Peniténitents et frances-maçons de l’ancien provence:essai sur la socialité méridionale* (Paris, France : Fayard, 1984).

Azevedo, Célia M. M. de, « Maçonaria: história e historiografia », *Revista USP* 32 (1996-1997).

Barata, Alexandre Mansur, *Luzes e Sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)* (Campinas, Brasil: UNICAMP, 1998).

_____, *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência (Brasil 1790-1822)* (Tese Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, Brasil, 2002).

Bastian, Jean Pierre, *Protestantes, liberais y francmasones. Sociedades de ideas y modernidad en América Latina, siglo XIX* (México D. F., México: Fondo de Cultura Económica, 1990).

- Castellani, José & Rodrigues, Raimundo, *Análise da Constituição de Anderson* (Londrina, Brasil: A Trolha, 1995).
- Chartier, Roger, *A História Cultural. Entre práticas e Representações* (Lisboa, Portugal: Difel, 1990).
- , *Práticas da leitura* (São Paulo, Brasil: Estação Liberdade, 1996).
- Collingwood, R. G., *A idéia de História* (Lisboa, Portugal: Presença, 1986).
- Colussi, Eliane Lucia, *A Maçonaria gaúcha no século XIX* (Passo Fundo, Brasil: Ediupf, 1998).
- , *A maçonaria gaúcha no século XIX* (Rio Grande do Sul, Brasil: EDIUPF, 1998).
- Eliade, Mircea, *Arquétipos e Representações* (São Paulo, Brasil: Martins Fontes, 1969), 13.
- Falcon, Francisco, “História e Poder”, *Domínios da História*, eds. Cardoso, Ciro Flamarion & Vainfas, Ronaldo (Rio de Janeiro, Brasil: Campus, 1997).
- Ferrer Benimeli, José Antonio, *Maçonaria e Igreja Católica* (São Paulo, Brasil: Edições Paulinas, 1983).
- Foucault, Michel, *Microfísica do Poder* (Rio de Janeiro, Brasil: Edições Graal, 1979).
- Gardiner, Patrick, *Teorias da História* (Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995).
- Girardet, Raoul, *Mitos e Mitologias políticas* (São Paulo, Brasil: Companhia das letras, 1987).
- Hobsbawn, Eric J. & Ranger, Terence, *A Invenção das tradições* (Rio Janeiro, Brasil: Paz e Terra, 1984).
- Merquior, José Guilherme, *O Liberalismo - antigo e moderno* (Rio de Janeiro, Brasil: Nova Fronteira, 1991).
- Morel, Marco, “Sociabilidades entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX”, *Estudos Históricos* (Rio Janeiro, Brasil) 28 (2001): 3-22.
- & Oliveira Souza, Françoise Jean de, *O poder da maçonaria. A história de uma sociedade secreta no Brasil* (Rio de Janeiro, Brasil: Nova-Fronteira, 2008).
- Naudon, Paul, *A Maçonaria* (São Paulo, Brasil: Difusão Européia do Livro, 1968).
- Oliveira Marques, Antônio. H. de, “História da Maçonaria em Portugal”, *Das origens ao triunfo* (Lisboa, Portugal: Presença, 1990).
- Patto Sá Motta, Rodrigo, “A história Política e o conceito de Cultura Política”, *Revista de História* (Mariana, Brasil) 6 (1996).
- Remond, “Uma História presente”, *Por uma história política* (Rio de Janeiro, Brasil: Editora UFRJ, 1988).
- Vescio, Luz Eugênio, *O Crime do padre Sório: maçonaria e igreja católica no Rio Grande do Sul. (1893-1928)* (Santa Maria-Porto Alegre, Brasil: UFRGS, 2000).